RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Domingo, 08 de Novembro de 2026

Prefeito e secretário são alvos de operação sobre supostas irregularidades em contratos

Em campo verde

Redação

O Ministério Público de Mato Grosso (MPE) deflagrou, na manhã desta terça-feira (1º), a segunda fase da Operação Gomorra, contra supostas fraudes em processos licitatórios na Prefeitura de Campo Verde (a 134 km de Cuiabá).

Foram cumpridos medidas de busca e apreensão, quebra de sigilos telemático e fiscal, afastamento de servidores públicos de suas funções e indisponibilidade de bens de investigados, entre particulares e agentes públicos.

Conforme o MPE, as diligências ocorreram na Prefeitura de Campo Verde e nas residências de dois servidores públicos investigados.

Também foram cumpridos mandados em endereços de Cuiabá, sendo residências e empresas. Os nomes dos alvos ainda não foram informados.

ação foi realizada por meio do Núcleo de Ações de Competência Originária Criminal (Naco Criminal) e contou com o apoio da Polícia Civil, da Controladoria-Geral do Estado (CGE) e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Ainda segundo o MPE, as medidas foram autorizadas pela Justiça com o objetivo de aprofundar as investigações, reunir provas e apurar a eventual participação de agentes públicos e particulares em irregularidades relacionadas a contratos administrativos e procedimentos licitatórios.

Primeira fase da operação

A primeira fase da Operação Gomorra foi deflagrada em 2024 para apurar suspeitas de adulteração de notas fiscais, utilização de um "cartão coringa" como mecanismo para desvio de combustível e prática de sobrepreço em contratos celebrados pelo município de Barão de Melgaço.

À época, as investigações apontaram a existência de uma organização criminosa estruturada para desviar recursos públicos em diversas prefeituras e câmaras municipais de Mato Grosso.

Durante as apurações, os investigadores identificaram que proprietários de quatro empresas, todas ligadas a um mesmo núcleo familiar, firmaram contratos com mais de 100 prefeituras e câmaras municipais do Estado.

Conforme o Naco Criminal, a identificação do esquema ocorreu após a análise dos processos licitatórios homologados pela Prefeitura de Barão de Melgaço com a empresa Centro América Frotas, no período de 2020 a 2024.